

CAPÍTULO PRIMEIRO

A INDIA

O último Estado independente da Índia, o reino de Panjab, foi conquistado e anexado em 1846-1848: daí por diante a dominação inglesa se estendia da Cachemira ao Cabo Comorino e do Hindu Cush e Assam. Apesar da completa sujeição em que se encontravam reinos e Estados, o povo indiano ainda empreendeu um último grande esforço para recobrar a liberdade. A Grande Revolta de 1857-1858 foi uma tentativa desesperada de todo o país; era dirigida, porém, pelas velhas classes dominantes, que pretendiam recuperar seus poderes perdidos, e se, após 15 meses de combates, pode ser esmagada, foi porque, afinal não passava do último estertor de um regime decrépito e destinado a desaparecer. A Revolta, embora despertasse velhos lealismos e suscitasse o entusiasmo das massas através de imensos territórios, não dispunha nem de poderio nem de organização para edificar um Estado capaz de se opor com sucesso aos ingleses. De 1858, data do fim da Revolta e do desterro de seu chefe — o último imperador mogol — até às reformas Montagu-Chelmsford de 1919, a autoridade britânica jamais esteve seriamente ameaçada. Em 1947, ou seja 90 anos após a Revolta, a Union Jack ainda tremulava sobre as fortalezas mongóis.

No correr desse período, a história da Índia é dominada pela transformação gradual da administração inglesa, ao influxo de fatores econômicos, políticos e geográficos. "Posseção" e colônia no início, a Índia inglesa transformou-se, por lentas etapas, em um "império" que sem dúvida continuava a depender de Londres, mas que reivindicava altiva-

mente seus próprios direitos e constantemente forçava o governo da metrópole a seguir uma política que não era inteiramente do seu agrado. A extensão da Índia, sua importância, seus recursos, sua posição geográfica eram realidades indiscutíveis das quais pouco a pouco se tomava consciência; e os interesses do Império britânico na Índia tornaram-se um fator determinante na elaboração da política imperial. Como veremos com a continuação, certos aspectos da política inglesa na China, na Pérsia, no Afeganistão não podem ser compreendidos sem referência aos interesses indianos ou pelo menos ao que os ingleses, na época, consideravam como tal. Essa transformação — que evidentemente tivera pouca importância para o próprio povo indiano, no curso do período imperialista — tornou-se, ao contrário, de fundamental interesse quando o nacionalismo começou a afirmar-se, contribuindo então, em grande parte, para dar a Ásia sua nova feição.

Durante a primeira parte desse período (1858-1914), a Índia foi, tanto de fato quanto de direito, uma possessão britânica: uma "propriedade" do povo britânico, gerida no exclusivo interesse de seu proprietário. Após 1858, a Índia dependia diretamente do Parlamento inglês que supervisionava, dirigia e controlava seu governo, por intermédio de um Secretário de Estado. A partir de 1919 a Inglaterra concordou em conceder uma certa independência financeira ao governo da Índia, mas pode-se afirmar, não obstante, que, até 1946, este último foi tão-somente um agente do Gabinete britânico, no sentido estrito do termo. Londres era sempre mantida a par, e as decisões importantes, quando não eram tomadas diretamente pelo Secretário de Estado, tinham pelo menos de ser submetidas à sua aprovação. As nomeações dos altos funcionários na Índia dependia do Secretário de Estado, e os funcionários do *Civil Service* podiam recorrer à sua arbitragem mesmo para simples questões de serviço. O vice-reinado da Índia conferia um imenso prestígio e grandes honras, mas suas atribuições eram bastante limitadas; ante o Secretário de Estado, o vice-rei não passava de um subordinado cuja opinião tinha certo peso, mas absolutamente não prevalecia sobre a decisão. O governo da Índia, como tão bem o afirmou Lorde Curzon — que estava bem situado para sabê-lo — era apenas um ramo subordinado do governo.

Desse governo "imperial" ou central dependiam as administrações provinciais que, também elas, recebiam sua autoridade da metrópole. A administração indiana era uma espécie de mandarinato, cujo recrutamento era assegurado por concurso. O sistema dos exames favorecia os candidatos saídos de Oxford e Cambridge, garantindo dessarte a homogeneidade social da administração e a continuidade das tradições imperiais. Nos 25 anos que se seguiram à assunção direta do governo da Índia pela Coroa (1858), pode-se contar nos dedos da mão os indianos que conseguiram ingressar no *Civil Service*. Embora a partir de 1900 houvesse cada ano um certo número de indianos admitidos ao mesmo, pode-se dizer que até 1919, ou seja durante todo o período imperialista, os indianos foram praticamente afastados. Esse *Civil Service*, além das tarefas administrativas ordinárias: coleta de impostos, manutenção da lei e da ordem e de modo mais geral a fiscalização do país, tinha atribuições judiciárias mais elevadas: dentre seus membros escolhia-se uma parte dos juizes das Altas Cortes provinciais.

Dependia dessa administração, praticamente "toda branca", uma burocracia indígena, recrutada em escala regional e estreitamente vigiada. Era através desses pequenos funcionários exclusivamente indianos que a autoridade governamental se fazia sentir sobre as massas. Assim, o inglês não mantinha jamais relações diretas com a população, embora controlasse de perto seus mandatários indianos. O mesmo sistema servia para a polícia, cujos quadros superiores eram recrutados na Inglaterra, enquanto o trabalho miúdo era deixado aos autóctones.

A defesa da Índia era confiada a um generalíssimo nomeado na Inglaterra. Tinha sob suas ordens um exército de sipaios, cujos oficiais eram todos obrigatoriamente europeus, e tropas inglesas permanentemente acantonadas no país. O grande exército indiano, principal instrumento da dominação inglesa na Ásia e cujos feitos ficaram célebres em três continentes,¹ era numericamente indiano, mas durante todo esse período foi selecionado exclusivamente por europeus.

1. Com efeito, além de participarem da Guerra na Europa, as tropas indianas foram levadas ao cenário africano, na Guerra dos Boxers. (N. do T.)

Instruído pela experiência da Grande Revolta de 1857-1858, o governo britânico teve a preocupação de respeitar os sentimentos religiosos dos soldados e deve-se ver nisto uma das principais razões do pouco apoio dispensado pelo governo da Índia à propaganda missionária. Chegou mesmo a recrutar sacerdotes hindus, sikhs, muçulmanos para seu exército indígena, medida de extrema importância que devia preservar a Índia da agressão missionária ocidental.

A existência desse exército indígena deveria ter outras conseqüências. Era de grande importância que os grupos onde se recrutava esse exército não fossem contaminados pela propaganda política. Tornou-se então necessário restringir o recrutamento a comunidades bem definidas e que podiam ser especialmente favorecidas, aduladas e domesticadas. Foi para responder a tal necessidade que se inventou a teoria das raças guerreiras e não guerreiras cujas conclusões eram bastante surpreendentes: assim é que alinhava na categoria das raças não guerreiras os grupos de onde saíam os sipaios, que no entanto haviam anteriormente lutado pelos britânicos; da mesma forma, os marátas, excelentes soldados, deixaram de ser considerados como guerreiros no dia em que seu nacionalismo se tornou muito incômodo e os tornou inaptos a servir de cães de guarda contra o resto do país. Mas os sikhs, os rajaputros, os jates, os muçulmanos do Panjab, os baluxis, os dograis e os demais grupos favorecidos constituíam as raças guerreiras a que os ingleses recorriam para renovar seu exército. Sem dúvida, jamais a política de "dividir para reinar" se manifestou tão claramente quanto pelas concessões feitas a esses grupos que puderam assim, durante longo tempo, pensar que gozavam de um favor especial da parte do Império.

Os ingleses haviam conquistado apenas três quintos do território da Índia. O resto ainda se encontrava em mãos dos príncipes indianos, alguns dos quais — como os marajás do Maissor, de Travancore, de Cochim e dos principais Estados rajaputros — eram sobreviventes das antigas dinastias; outros mais importantes, como Haiderabad, os Estados maratas e a Caxemira eram apenas, como vimos, possessões de *condottieres* que haviam sabido acomodar-se ao crescente poderio da Companhia das Índias. Uma vez fir-

memente estabelecida sua autoridade na parte conquistada, os ingleses puseram-se pouco a pouco a reduzir a independência dos últimos Estados livres, imiscuindo-se sistematicamente em seus negócios. Em 1857, o marajá de Baroda, um dos príncipes indianos mais poderosos, foi deposto. Enviando residentes ou representantes diplomáticos aos quais concediam os maiores poderes, nomeando administradores diretos e às vezes até pondo o príncipe sob tutela, conseguiram os ingleses estabelecer em cada um desses Estados um sistema de dominação indireta² que as outras potências coloniais — por exemplo, a França na Indochina e o Japão na Manchúria — logo iriam imitar. A Índia inglesa e a Índia dos príncipes não formavam portanto mais que uma única realidade política, imensamente poderosa e controlada por Londres.

No curso desse período, toda a economia da Índia encontrava-se em mãos da Inglaterra. A Índia oferecia um mercado de monopólio à Inglaterra, no momento em que esta se encontrava em plena expansão industrial. A indústria algodoeira de Lancashire, que a revolução industrial colocara em primeiro lugar como fornecedor de tecidos de algodão, parecia ter na Índia um mercado inesgotável, até o surgimento de uma indústria indiana de têxteis; mesmo então, os interesses britânicos em jogo puderam, por intermédio de Whitehall, esmagar sua rival com impostos tão elevados que anulavam os esforços protecionistas de uma tarifa alfandegária já insuficiente. A construção de estradas de ferro indianas foi confiada a firmas britânicas que garantiram para si uma certa taxa de lucro mínimo. Os capitais britânicos financiaram igualmente as vastas plantações de chá, de borracha, de café e de anil; o Assam, certas regiões do Bihar e as províncias montanhosas da Índia do Sul caíram sob um verdadeiro regime colonial; os plantadores eram aí os senhores absolutos e geralmente ditavam ao governo sua política. Num tal regime de plantação, o trabalhador indiano era o objeto do proprietário: as infrações do contrato de trabalho eram consideradas crimes de direito comum, enquanto os assassinios cometidos pelos europeus permaneciam impunes.

2. V. minha obra *Indian States and the Government of India*.

Depois de 1858, o governo da Índia encorajou os europeus a estabelecerem-se nessas regiões. Lorde Canning facilitou aos imigrantes a aquisição da terra, mediante uma lei especial sobre as terras incultas, que colocava à disposição dos europeus imensas extensões de região montanhosa; o clima mais suave permitia-lhes residir no local e aí criar grandes plantações. No Assam e no Nilgiris, viu-se então constituírem-se gigantescas colônias de plantação. Plantadores europeus de anil, vindos das Antilhas, estabeleceram-se no Bihar e aí instauraram um sistema de propriedade semifeudal.

"Formavam um grupo de leis", diz Edward Thompson, "que aliava as piores características dos zamindares [proprietários fundiários] do século XVIII à aspereza do presamista indiano. Bem poucos cultivavam o anil para si mesmos. Empréstavam dinheiro aos cultivadores que, com o acúmulo de dívidas, tornavam-se pouco a pouco verdadeiros rendeiros.³ "Como constata o relatório da Companhia de Inquérito sobre o anil, "pouco importa saber se o camponês toma empréstimo pela primeira vez alegremente ou de má vontade: o resultado é sempre o mesmo, ele deixou de ser um homem livre". Em todas as plantações, os colonos restabeleceram, com pleno acordo do governo, condições de trabalho que realmente reduziam o camponês à servidão.

O relatório da Comissão de Inquérito sobre a cultura do anil no Bengala, bem como a literatura da época, esclarecem-nos eloqüentemente quanto aos resultados dessa exploração. Um missionário europeu, Long, atreveu-se a traduzir um drama bengali (*Nil Darpan* ou *o Espelho do Anil*) que revelava alguns detalhes pouco gloriosos da presença inglesa na Índia. A reação dos meios oficiais foi violenta e imediata: Long foi condenado e aprisionado. Durante esse período e até o despertar do nacionalismo após a Grande Guerra, as condições de vida nas plantações são como um resumo daquilo que as relações euro-asiáticas tiveram de pior.

Os interesses do monopólio britânico não se apoiavam essencialmente nas plantações e sim na marinha mercante, nos bancos, nos seguros e no comércio interior que controlavam em seus mínimos maquinismos: os capitalistas indianos, com efeito, compreendendo que não tinham mais chan-

ces de permanecer independentes, haviam-se resignado ao papel de agentes das firmas britânicas. Por volta de 1870, não se tratava ainda de estabelecer indústrias na Índia: o cânhamo bruto era despachado para Dundee. Mas os industriais de Dundee logo perceberam que a Índia, ao contrário da Inglaterra, não tinha legislação social e oferecia uma mão-de-obra numerosa que se poderia contentar com salários de fome, atraídos por essas brilhantes perspectivas, montaram fábricas têxteis no Hugli. Mas isto foi um simples fato isolado. A Índia permaneceu, durante todo o fim do século XIX, a verdadeira vaca leiteira da Inglaterra: entregava à Grã-Bretanha matérias-primas que devia comprar depois sob a forma de produtos manufaturados.

Os economistas e jornalistas indianos da época denunciavam cada qual com maior vigor o empobrecimento da Índia que resultava desse "sistema econômico". Dadabhai Naoroji, chefe nacionalista indiano, que viria a ser membro do Parlamento inglês, chegou a consagrar-lhe um estudo detalhado.⁴ Que o governo britânico tenha conscientemente ou não esvaziado a Índia de suas riquezas, que ele a tenha sobrecarregado de impostos ou não, o que é fato é que durante a segunda metade do século XIX o capital britânico, explorando sem concorrência os recursos indianos, auferiu enormes lucros e que para tanto foi ajudado pelas medidas econômicas aprovadas pelas autoridades britânicas de Londres.

O racismo inglês é uma realidade tão indiscutível e talvez tão importante quanto essa exploração econômica. Seton Kerr, Secretário de Assuntos Estrangeiros, descrevia-o como "a certeza íntima e amorosamente acariciada de cada inglês na Índia, do mais humilde ao mais poderoso, compartilhada pelo pequeno empregado da plantação do fundo de seu miserável *bungalow* como pelo jornalista da cidade presidencial,⁵ pelo comissário de uma grande província como pelo vice-rei em seu trono: a convicção enraizada em cada qual de que pertencia a uma raça que Deus destinara a governar e a dominar."⁶

4. *Poverty and "un-British Rule in India"*.

5. A Índia era dividida em duas "Presidências", a do Madrastra e a do Bombaim, e em um "comissariado", o de Bengala (N. do T.)

6. Citado em Thompson e Garret, p. 536.

3. Thompson e Garret, *British Rule in India*, p. 474.

Seria um sem-fim de declarações análogas das mais altas personalidades inglesas da Índia. A superioridade racial foi um dogma oficial da colonização inglesa, até a Primeira Guerra Mundial. Lorde Kitchener, o distinguido generalíssimo, dá-lhe uma formulação notável:

"Foi essa consciência de nossa superioridade inata que nos permitiu conquistar a Índia. Por mais educado e inteligente que seja um indígena, por mais valente que ele se manifeste e seja qual for a posição que possamos atribuir-lhe, penso que jamais ele será igual a um oficial britânico."

Esse racismo lúcido e deliberado encontrava-se em todos os domínios. No exército, nenhum indiano podia tornar-se oficial; os indianos podiam concorrer para o *Civil Service*, mas não podiam nunca ultrapassar certos postos. Um dos maiores administradores indianos da época, R. C. Dutt, teve de pedir demissão pelo fato de recusarem-lhe, por puro racismo, ser nomeado comissário. Não é preciso dizer que essa discriminação funcionava também na vida social e que os indianos eram excluídos dos hotéis, dos clubes e até mesmo de certos parques. Fazia-se pouco caso da vida de um *native*: Rudd, um escriturário de plantação condenado à morte por um homicídio sádico e covarde, foi encarado como um mártir, e a população européia manifestou-se violentamente a favor de seu indulto. Lorde Curzon, embora grande apóstolo do imperialismo, tornou-se impopular por certo tempo, pelo fato de haver punido um regimento culpado de ter deliberadamente subtraído um assassino à justiça. Regra geral, até a Grande Guerra e mesmo um pouco depois, era praticamente impossível a um indiano obter justiça de um europeu nos casos criminais; e mais de um vice-rei teve de afrontar a reprovação de seus compatriotas por ter ido contra o sentimento deles em assuntos do gênero.

Nada permite compreender melhor a profundidade desse racismo que a agitação desencadeada pela Lei Ilbert. Ela estabelecia a igualdade dos magistrados ingleses e indianos que a partir daquela data tornavam-se competentes para os feitos em que estivessem implicados europeus. Os dois mil europeus que residiam na Índia a título privado desencadearam uma campanha de protesto com uma violência excepcional,

se consideramos que se dirigia ao próprio governo inglês. Formaram-se ligas de defesa, fizeram-se coletas e os interessados se dirigiram ao próprio vice-rei para protestar. *Sahibs* indignados escreviam aos jornais: que direitos os indianos poderiam ter na Índia? Onde se iria parar se a Índia não fosse mais um país de homens brancos e se começasse a reconhecer direitos aos indianos? A lei era um insulto à raça britânica, e as mulheres inglesas, banhadas em lágrimas, inundaram a Inglaterra de cartas que evocavam as terríveis recordações da Revolta dos Sipaies e que protestavam contra a inconcebível degradação da raça branca que não deixaria de verificar-se, caso os indianos metessem na cabeça de julgar os europeus. Na Inglaterra, Florence Nightingale, chocada com essa exibição de racismo delirante, colocou a questão nos devidos termos ante a Rainha Vitória e acalmou as inquietações da soberana.⁷ Os europeus da Índia, no entanto, compreendiam muito bem o que estava em jogo: o princípio da superioridade racial, que era o próprio princípio do império. Com a continuação, saíram vencedores da luta e o vice-rei teve de ceder à sua pressão. Embora talvez menos virulento, o racismo continuou a ser a doutrina oficial durante 40 anos ainda.

Decorria daí que o "prestígio" da raça devia ser mantido a qualquer custo; todo um procedimento e uma etiqueta minuciosa de formalidades e cerimônias foram estabelecidos para salvaguardar a autoridade do branco. Os serviços britânicos interessaram-se pela questão com um belo espírito de sistema, mas suas hipóteses infelizmente eram mal fundadas. Apegavam-se supersticiosamente à convicção de que os selvagens eram impressionados pelo desdobramento de pompa e fausto, e que o prestígio do europeu requeria dele, mesmo que fôsse um "empregado de plantação no fundo de seu miserável *bungalow*" que vivesse à grande. Mackrabie, citado por Buxteed em *Ecos da Velha Calcutá*, fala dos 110 criados de uma família de quatro pessoas; o autor anônimo das *Cartas de Madrastra* observa que "cada cavalo tem a seu serviço dois empregados, um homem e uma mulher, sendo esta última encarregada de cortar o seu capim; cada cão tem igualmente

7. Cecil Woodham Smith, *Florence Nightingale*, Londres, 1950, pp. 550-551.

seu empregado particular. Fiquei a perguntar-me se o gato disporia também de criados, mas cheguei à conclusão de que o infeliz bichano tinha de safar-se sozinho". E em 1913, ao fim desse período, Olive Douglas podia ainda espantar-se: "Parece-me viver num mundo que coloca questões perpétuas e sem respostas satisfatórias. Por que, por exemplo, teimamos em cercar-nos de um regimento de criados, sem viver numa espécie de hotel?"⁸ Sem dúvida, "o prestígio" tinha razões que a própria razão desconhecia.

Uma etiqueta complicada regulava também a linguagem a empregar com as diferentes classes de indígenas, a maneira de recebê-los e o grau de cortesia ou de grosseria conveniente para eles. Ela definia claramente aqueles que deviam ficar à porta da casa, aqueles que podiam penetrar até a varanda, aqueles que se podia, sem indignidade, admitir no salão, e finalmente os que mereciam um assento e os que não o mereciam. E esse "direito de assento" ou "Kusi Nisham" chegou a ser elevado à categoria de honra pessoal ou hereditária, por serviços prestados à administração. Não é preciso dizer que todas essas macaquices só concorriam para enraizar ainda mais profundamente o desprezo já então sólido dos indianos pelos europeus.

Empoleirados em seu pedestal, os ingleses não recuavam uma polegada em sua política a deitar poeira nos olhos dos outros; chegaram a acrescentar-lhe um novo elemento: a suposta admiração do indiano pela pompa e pelo fausto. Cada perceptor, assim, tinha seu *darbar*⁹, cada comissário um *darbar* mais opulento com um cerimonial mais impressionante; quanto aos vice-reis e aos governadores, pensavam que receber daquela maneira era uma função essencial de seu cargo. Os "*darbars imperiais*", na melhor tradição de Lytton e de Curzon, com seus príncipes cobertos de diamantes, suas procissões de elefantes e os vestígios da magnificência das cores orientais, correspondiam, num nível superior, aos *dubares* mais modestos dos funcionários. Numa palavra, era necessá-

rio impressionar sistematicamente toda a Índia, do príncipe ao pária.

Sem dúvida, os indianos, como os demais povos, gostam das *tamashas*, dos festivais de cor, dos desfiles intermináveis, das festas públicas. Porém a magnificência e o brilho de que o poder britânico se cercava de modo algum aumentava o respeito do súdito indiano. Os primeiros homens de Estado ingleses, como Hastings, Munro e Malcolm, haviam percebido bem isto, mas a distância que todos os outros *sahibs* haviam estabelecido entre eles e o indígena fazia-lhes crer que era ao contrário. Começaram a ter suas dúvidas quando, por volta de 1920, viram esses orgulhosos potentados, que recusavam inclinar-se em seus *darbares*, prosternarem-se diante de um "faquir nu".¹⁰ No entanto, se houvessem sido um pouco perspicazes ou simplesmente atentos à realidade indiana, teriam percebido desde 1877, ano em que pela primeira vez Lytton ofereceu um *darbar*, que em regra geral a bondade e a santidade concorriam mais para o prestígio, que as grandezas do modo de vida. A consideração e o respeito que cercavam alguns dos seus, famosos por sua bondade, como Lorde Ripon ou Lorde Halifax, ou mesmo por sua fé religiosa, como Munro, teriam podido abrir-lhes os olhos para os ridículos de seus *darbares* e outras palhaçadas.

Conseqüentemente, não é de espantar que esses europeus da Índia tenham permanecido totalmente alheios à vida do país. Um fosso insuperável separou-os da população até sua partida. Penderell Moon, funcionário do *Civil Service*, ainda observava este fato em 1940; mas ele era tão evidente durante o grande período da dominação imperial, que se impunha por si mesmo. Havia dois países justapostos: a Índia inglesa e a outra, a primeira governava a segunda e ambas não se encontravam jamais. Os ingleses estavam acampados no país.

Foi no terreno da administração que a Inglaterra pôde exercer da melhor maneira suas capacidades e mostrar com orgulho sua obra ao mundo. Os grandes códigos de leis foram promulgados e aplicados de uma ponta à outra do país; um imponente aparelho judiciário, com seus diferentes níveis

8. V. Olive in India, Londres, 1913.

9. Corte de um príncipe indígena e por extensão, recepção solene dos príncipes indígenas, dada pelo governador-geral ou por outra qualquer autoridade inglesa (N. do T.)

10. Gandhi (N. do T.)

— que culminavam nas diversas Altas Cortes (mas sempre com um recurso possível ao Conselho privado), foi encarregado de fazê-las respeitar. Estabeleceu-se um cadastro e os impostos foram fixados segundo normas uniformes. Grandes planos de irrigação forneceram água às culturas, pelo menos no Panjab e no vale do Ganges. Traçou-se uma rede de estradas que, de início, respondia inegavelmente a preocupações estratégicas; não obstante, ligava imensas regiões bem distantes umas das outras e favoreceu consideravelmente o desenvolvimento do comércio. A construção de estradas de ferro, a instalação de telégrafos e de um sistema de postos de preços módicos que se estendia a todo o país deram à Índia a aparência de um Estado moderno. Abriram-se universidades, instituições técnicas, como o *Roorkee Engineering College*, estabelecimentos para estudantes de Medicina, etc. Todos esses resultados, convém notar, devem ser creditados ao governo.

Este último empreendeu igualmente reformas políticas, porém com muito menos audácia. Em 1861, o *Indian Council's Act* abriu acesso à Assembléia Legislativa para os não-funcionários; e a partir de 1862 três indianos já faziam parte da mesma. Conselhos do mesmo gênero foram instituídos por igual nas províncias; em 1892 foi estabelecido um sistema de representação em dois níveis e os Conselhos receberam o direito de discutir o orçamento e de deliberar sobre as questões de interesse público. Embora muito modesta, essa reforma permitia aos indianos criticar publicamente as medidas governamentais e participar de qualquer modo na elaboração das leis. Uma nova etapa foi vencida em 1909: a maioria do Conselho legislativo indiano devia a partir de então ser representada por não-funcionários, dos quais 37 eleitos, uns por colégios especiais (Câmaras de Comércio e Grupo dos Proprietários de terra) e outros para legislaturas provinciais. Assim, pela primeira vez, abriram-se aos indianos o Gabinete central e o Gabinete provincial. As reformas Minto-Morley não instituíram um regime parlamentar, mas significavam a associação dos indianos ao governo de seu próprio país. A Índia começava a transformar-se.

Deve-se notar também duas inovações políticas, o desenvolvimento de instituições locais autônomas e a separação do corpo eleitoral em muçulmanos e não muçulmanos, operação

calculada para dividir o país e que deveria levar à tão desastrosa *partition*. Deve-se creditar a Lorde Ripon a primeira dessas inovações que colocava a primeira pedra de um governo popular, ao instituir conselhos distritais e municipais onde o povo se exercitou pela primeira vez na administração. Foram esses conselhos e municipalidades que permitiram o bom funcionamento das legislaturas provinciais, pois era entre eles que se escolhiam os seus membros. O desenvolvimento das instituições locais autônomas familiarizou a população rural com o mecanismo das instituições representativas e tornou-se portanto o fundamento da futura democracia indiana.

A instituição de colégios eleitorais separados foi a primeira manifestação da teoria que deveria levar à fundação do Paquistão. Os documentos estabelecem de maneira irrefutável que foi com o objetivo confessado de consumir a divisão entre hindus e muçulmanos que se tomaram essas medidas. Lady Minto, a mulher do vice-rei autor dessa obra-prima de maquiavelismo, regozijava-se de que esse ato assegurasse a dominação britânica sobre a Índia. O novo sistema eleitoral era bem simples: os muçulmanos eram representados apenas por muçulmanos, eleitos apenas por seus correligionários; dessa maneira, nenhum muçulmano podia ser eleito numa circunscrição hindu e vice-versa. Os muçulmanos tornavam-se assim, do cabo Comorino à Caxemira, uma realidade política distinta, perpetuamente em luta com os hindus e incapazes de adotar outra perspectiva que não a de uma comunidade religiosa. Como o corpo eleitoral muçulmano se definia por características puramente religiosas, só podia esposar os pontos de vista de um verdadeiro fanatismo confessional. A Índia levou 40 anos para livrar-se de um sistema tão nefasto, e só veio a consegui-lo ao preço da sinistra *partition*.

Pôde-se perceber que as duas doutrinas da "possessão" e da "superioridade" racial tomaram uma direção diferente durante esse período. Sem dúvida, ambas as doutrinas se perpetuaram até o século XX, porém consideravelmente transformadas: a doutrina da "possessão" perdera algo de seu rigor e o sentimento de superioridade racial que sem dúvida mantivera todo o seu valor social, desaparecera quase completa-

mente da vida política, antes mesmo do começo do século XX. É por demais importante estudar essa evolução, para compreender a ascensão e o sucesso final do nacionalismo asiático.

A promoção da Índia, sob a dominação britânica, à categoria de Estado poderoso dotado de uma administração competente, é devida a uma rigorosa seleção do pessoal burocrático, à sua organização, ao respeito e ao prestígio que ela soube granjear. A burocracia britânica na Índia não era um simples corpo de funcionários; era uma espécie de confraria governamental que ocupava todos os postos importantes, com exceção de quatro ou cinco, o vice-reinado, as presidências de Bombaim e de Madrastra e o corpo legislativo do gabinete central. Por outro lado, ela era bem representada no aparelho judiciário. Tinha, portanto, uma importância preponderante na elaboração das políticas governamentais, de que era o único agente executivo. Logo se instaurou uma tradição comum, um *esprit de corps*, um senso de integridade política e uma atitude particular em relação à Índia por parte de todos os funcionários ingleses. Pais onde passavam toda sua carreira e onde "serviam", a Índia tornou-se sua grande preocupação. Por certo a Índia deles não era a Índia dos indianos, porém uma Índia especialíssima que haviam forjado e em relação à qual davam provas de grande lealdade. Julgavam que seus milhões de habitantes estavam confiados à sua guarda. Assim é que eles acabaram por se identificar com as "massas", o que aliás suscitou uma profunda desconfiança na elite indiana que punha em dúvida o próprio direito de o *Civil Service* governar.

O resultado mais importante dessa tradição do *Civil Service* foi o conflito que surgiu entre o secretário de Estado, agente da política do governo inglês, e as autoridades da Índia que faziam prevalecer o ponto de vista da administração. Quando o nacionalismo indiano adquiriu força, os homens de Estado britânicos, seguindo o exemplo de Edwin Montagu, converteram-se à idéia de um governo representativo; mas já anteriormente o *Civil Service* defendera vigorosamente os direitos de sua Índia contra a ditadura de Whitehall. "O homem nos locais", o homem mais avisado para julgar, tal foi o *slogan* do *Civil Service* em oposição a todas as políticas decididas sob a pressão parlamentar ou financeira, em

Londres. O *Civil Service*, com efeito, recusava-se a submeter-se à influência dos interesses comerciais e industriais e sua recusa era altivamente proclamada por toda a classe social que formava seu terreno de recrutamento. Sir Bartle Frere escrevia numa carta a Lorde Goderich, que "pouco importava que o funcionário do *Civil Service* fosse intelectualmente superior; seria preferível que aparecesse aos olhos do indígena como um jogador de *cricket*, de pólo, generoso para com os criados e pobres, compassivo para com todos os deserdados". Russel, o famoso correspondente do *Times* observava que se é sempre possível a "um especulador feliz ou a um rei da especiação forçar as portas da alta sociedade na Inglaterra... Na Índia eles jamais deveriam ultrapassar a barreira sagrada que separa o mundo dos não-funcionários da alta sociedade administrativa". Não havia, pois, qualquer aliança entre o *Civil Service* e o *big business*; a burocracia britânica não tinha nenhum interesse na exploração da Índia. Por isso é que se pode afirmar com justeza que o *Civil Service* defendia "sua Índia", a Índia das massas sem voz, contra as dos homens de negócios e dos capitalistas britânicos e estes só foram todo-poderosos em algumas regiões rurais onde suas imensas plantações de chá (Assam) ou de anil (Biar) lhes davam uma influência preponderante.

A luta contínua contra Whitehall revestia às vezes um aspecto político que adquiria considerável repercussão. Não se viu renunciar um vice-rei para não aplicar uma política nefasta à Índia e favorável unicamente aos industriais de Lancashire? Por mais que os secretários de Estado proclamassem periódica e solenemente o princípio da subordinação absoluta do governo da Índia a autoridade de Whitehall, o *Civil Service*, com sua forte posição no país onde detinha os secretariados e os postos executivos, e mesmo em Londres, onde tinha apoio em todos os ministérios importantes, tornava sua tarefa extremamente difícil. O governo indiano exerceu uma autoridade cada vez mais efetiva e cada vez mais ampla, que levou à elaboração de políticas independentes correspondendo aos verdadeiros interesses da Índia, ou pelo menos à Índia do *Civil Service*.

Essa transformação ainda foi mais favorecida quando os ingleses compreenderam a posição privilegiada da Índia em

seu sistema colonial: grande potência territorial de onde poderiam irradiar-se para todo o resto da Ásia. A transformação do governo da Índia em um império não era um gesto meramente formal. Bem antes de 1858, a Índia inglesa já representava um certo papel nos negócios de seus vizinhos, o Afeganistão, a Birmânia; voltaremos ao assunto. Quando o governo indiano se estabeleceu firmemente, os homens de Estado britânicos se deram conta, pouco a pouco, de que daí em diante dispunham de um reservatório de riquezas e que, se criassem um grande exército e uma máquina administrativa eficaz, lhes seria possível ter uma voz preponderante nos negócios asiáticos. Já notamos o papel que a Índia representou na primeira guerra da China. Durante o período que nos interessa, foi a partir da Índia que se efetuou a penetração britânica no Sinkiang quando da revolta de Iakub Beg, e no Afeganistão que se esperava — como veremos — constituir em protetorado. Foi graças à Índia, igualmente, que os ingleses anexaram a Birmânia, que intervieram na Pérsia e que, de modo geral, fizeram com que fosse reconhecida sua supremacia na costa da Arábia e no golfo Pérsico. A partir de 1875, a Índia tornava-se um verdadeiro Estado imperial, chave de todo o sistema político da Ásia do Sul.

Lytton, poeta e filho do célebre romancista, é quem pode reivindicar o título de fundador da Índia imperial. Foi ele quem presidiu o grande *durbar* onde foi proclamado o novo título de Império que dava um estatuto particular à antiga possessão colonial; foi ele quem alimentou a quimera fantástica de "dar à Índia a supremacia sobre a Ásia central e as vantagens de uma potência de primeira classe" (*sic*); em uma palavra: de fazer reviver o Império mogol. Foi ele quem anexou o Baluquistão e ocupou Queta, em 1877, ultrapassando assim as fronteiras da Índia. A partir de 1863, o governo interessara-se episodicamente pelos negócios do Afeganistão; a expansão russa na Ásia central fez pensar que o país podia constituir uma posição interessante. Assim, Lorde Lytton decidiu-se à intervenção. Aquela época, escrevia a Lorde Cranbrook: "Estou persuadido de que a existência de um Estado afgã forte e independente, sobre o qual não tenhamos absolutamente nenhum meio controle, não é desejável para nós, como a experiência tem demonstrado. Se uma guerra ou a mor-

te do atual emir nos oferecer a ocasião de abater e arruinar o poderio afgã, espero sinceramente que não a deixaremos passar." ¹¹

O pretexto esperado por Lytton não tardou a se apresentar. Violando deliberadamente as instruções recebidas, ele declarou guerra ao Afeganistão; três exércitos indianos puseram-se em marcha. O emir, que não pudera obter ajuda da Rússia, abandonou sua capital e seu filho, Iakub Cã, firmou um tratado pelo qual o Afeganistão aceitava o controle do governo indiano sobre sua política estrangeira. Mas esse sucesso fácil não teve futuro. O residente britânico, previsto no tratado, foi atacado com todos os seus acompanhantes e morto pelos afgãs: todo o edifício construído por Lytton no Hindu Kush foi por terra em uma noite. Lytton escreveu a Beaconsfield para lamentar-se: "A política que elaboramos tão cuidadosa e pacientemente sofreu uma rude prova. Devemos agora forjar uma nova e, receio, uma mais ambiciosa, embora a partir de materiais menos seguros." ¹²

Só a solidez do império indiano permitia ao vice-rei subestimar um tal desastre e arquitetar assim novos planos. O General Robert se pôs de novo em marcha, à frente de um exército, ocupou Kabul e começou a enforçar e a queimar a torto e a direito para ensinar aos afgãs quanto custava resistir à Inglaterra. Todavia os afgãs eram maus alunos. Eles se defenderam passo a passo e tornaram a posição dos invasores britânicos tão insustentável, que tiveram de decidir-se por um acordo político. O exército que se pusera em campo para uma guerra folgada e jovial teve de bater em retirada de modo bem pouco glorioso. Abdur Rhaman, o fundador do Afeganistão moderno subiu ao trono e, embora concordasse em receber um embaixador inglês e em não comerciar com as outras potências, continuou a ser um soberano independente.

A campanha do Afeganistão fora, pois, um completo fracasso militar. Ela custara muito caro ao tesouro indiano e aumentara consideravelmente sua dívida pública. As relações estabelecidas após a guerra entre os dois países permaneceram sem grandes alterações até 1919. O reino afgã representou o papel de estado-tampão independente, onde a influência

11. Lord Lytton, *India Administration*, p. 274.

12. *Ibid.*, p. 358.

do governo indiano, embora preponderante na política externa do país, não se exercia abertamente. A Índia, por seu turno, aprendeu que uma política imperialista custava caro, pois todas as guerras do Oriente eram financiadas por ela até o último centavo.

A intervenção na Birmânia alcançou maior sucesso; foi um exemplo particularmente cínico de imperialismo comercial em estado puro. Já vimos que, à época de Lorde Dalhousie, a Baixa Birmânia fora anexada sob o pretexto de uma dívida insignificante. Mas a Alta Birmânia permanecera um Estado independente, cuja existência cortava o coração dos comerciantes britânicos que, já há alguns anos, tinham os olhos postos em suas riquezas inexploradas. Tomou-se como pretexto a pesada multa imposta pelo governo birmano à *Bombay-Burma Trading Corporation*, uma companhia florestal na qual altas personalidades, alguns amigos do vice-rei, possuíam interesses. Justificou-se igualmente com a ameaça que a França, com suas conquistas na Indochina e no Sião, fazia pesar sobre a Birmânia. Em 1885, Lorde Dufferin enviou um ultimato ao rei Thibau e, ante sua recusa, lançou sobre Mandalay um exército que encerrou a "campanha" em 15 dias, e fez prisioneiro o rei. A Índia, uma vez mais, cobrira até o último centavo as despesas da expedição. Mas como poderia o Império pagar tão caro a glória de estender sua influência até os confins do Sião, da Indochina e do Iunã?

A oeste, as autoridades britânicas da Índia tinham, de longa data, dado provas de grande interesse pelos assuntos da Pérsia, como testemunha a missão de Sir John Malcolm, em 1830. Esse interesse tornou-se ainda mais vivo quando a Rússia reforçou sua dominação sobre a fronteira setentrional da Pérsia. Aí já não se tratava apenas de questões puramente indianas, mas também da rivalidade entre Londres e Moscou e dos interesses britânicos do Oriente Médio. Segundo os termos de Sir Bullard: "Desde o começo do século XVIII se disputou asperamente para saber se as relações com a Pérsia deviam ser estabelecidas pelo governo de Sua Majestade ou pelo da Índia. A controvérsia durou quase meio século. O paradoxo de uma dupla representação, indiana com Malcolm e metropolitana com Harford Jones, foi momentaneamente resolvido com a nomeação de Sir Gore Ousley

como único embaixador na Pérsia; mas a questão de princípio permaneceu aberta até 1860, data em que se estabeleceu um compromisso. As relações diplomáticas dependiam do *Foreign Office*, mas o governo da Índia teria a honra e o prazer de participar das despesas da legação." ¹³

Se as pretensões sobre a Pérsia eram anglo-indianas, a intervenção no Tibete servia estritamente apenas à Índia e foi obra exclusiva do seu governo. Em fins do século XVIII já se tentara, mas sem sucesso, estabelecer relações comerciais com o Tibete. Em 1886, os tibetanos invadiram o Sikim, sobre o qual pretendiam ter direitos; o governo indiano, que também mantinha relações com o governo do país, interveio e expulsou os intrusos em 1888. Uma comissão sino-britânica fixou, em março de 1890, o traçado das fronteiras e houve até um acordo comercial em 1893; mas os tibetanos opuseram obstáculos à sua aplicação. A chegada de Lorde Curzon modificou a situação. Ele considerou que o isolamento do Tibete e a recusa do Dalai-Lama em manter qualquer relação com o exterior constituíram um insulto ao poder britânico na Índia; achava, com efeito, que tal atitude era insustentável "na vizinhança de uma grande potência civilizada que oferecia ao governo tibetano as melhores possibilidades de comércio e de aliança". O Império indiano pretendia que sua posição privilegiada fosse reconhecida pelos reinados vizinhos, retomando assim a velha doutrina indiana do *Samraji* e a teoria chinesa do Império universal.

Também aí tratava-se de encontrar um pretexto. Afirmou-se então — hoje em dia sabe-se que a desculpa era falaciosa — que a Rússia estava para conquistar o Dalai-Lama. Um monge budista chamado Gordjeff, que depois iria divulgar sua sabedoria em Fontainebleau, foi alçado ao posto de Esmoler-Mor do Dalai-Lama. Gordjeff era de nacionalidade russa, e as cartas que enviava a São Petersburgo deram a Lorde Curzon os elementos suficientes para forjar a "conspiração russa de Lassa". ¹⁴ Em 1902, o vice-rei, apressado em bancar o grande imperador, instigou o secretário de Estado para que se enviasse uma missão a Lassa. Londres de início

13. Bullard, *Britain and The Middle East*, Londres, p. 90, Hutchinson, 1951.

14. Para melhor análise da questão, ver Bell, *Biography of the Dalai Lama*.

recusou, mas Curzon resolveu a questão sobrecarregando os tibetanos de exigências inaceitáveis, o que lhe permitiu denunciar, após recusa, sua "hostilidade provocadora". Uma expedição cruzou a fronteira (novembro de 1903), massacrando como em parada os tibetanos armados à *antiga* e desprovidos de qualquer experiência militar, e penetrou em Lassa para se dar a glória de violar a cidade misteriosa; todavia os ingleses não puderam pôr a mão sobre o Dalai-Lama, que se refugiara na Mongólia. Extorquiou-se um tratado regente (7 de novembro de 1904), mas o próprio governo de Londres chocou-se com essa exibição provocativa e, no fundo, gratuita de imperialismo. De qualquer modo, a situação internacional logo forçou as tropas inglesas a retirarem-se do território tibetano; um acordo anglo-russo (31 de agosto de 1907) reconheceu a suserania da China sobre o Tibete. O sonho mais ambicioso do "Império indiano" desmoronara.

Se Lytton fora o criador da doutrina "imperial", Curzon foi o seu representante mais eminente, símbolo por assim dizer do poderio britânico na Índia imperial que fazia recair sobre seus vizinhos o excesso de sua grandeza e de sua glória. É significativo que, ante mesmo de ser nomeado vice-rei, Curzon se tenha preparado para sua tarefa através de longas viagens por todas as fronteiras da Índia. Não lhe era desagradável, diz Lorde Morley no momento da expedição do Tibete, fazer o papel do Grão-Mogol: ele se antevia encaixando todo um império a seus desígnios políticos. Aquela Índia que ele governava parecia-lhe o centro de gravidade presente e futuro do mundo. Ele visitou o golfo Pérsico, tentou, mas sem maior sucesso, aumentar a influência do governo indiano no Afeganistão e no Nepal e, de modo geral, reivindicou para a Índia o primeiro lugar nos assuntos do Sul asiático, exatamente como se ela fosse um país independente.

De fato, como notou um observador inglês, o Império indiano da época era um "estado em escala continental", uma potência que se irradiava de Adém a Hong-Kong.

"Seu prodigioso desenvolvimento", diz Wint, "foi o resultado da associação anglo-indiana, da Inglaterra e da Índia, dos emigrantes da média burguesia inglesa e da massa indiana que ela organizara. A Índia não teria podido estabelecer o império sem a Grã-Bretanha, muito menos a Grã-Bretanha

sem a Índia. Os cérebros da expansão eram ingleses, mas o império que edificavam correspondia a necessidades puramente indianas. Se a segurança da Índia não estivesse em jogo, que interesse impeliaria a Grã-Bretanha a intervir no golfo Pérsico, no Tibete ou no Sinkiang? Foram indianos e não ingleses que emigraram para as novas províncias e, enquanto o capital britânico era investido em estradas de ferro, minas, plantações e indústrias, os prestamistas indianos punham a mão sobre as terras... Nada se compreenderá do passado e do presente do Império se não se perceber que os ingleses trabalhavam na Ásia principalmente a favor da Índia e serviam muito mais ao imperador das Índias que ao rei da Inglaterra.

"As ricas terras sob administração direta formam o núcleo da Índia; o revestimento protetor é constituído de um lado pelos pequenos estados mais ou menos primitivos, como o Butã e o Nepal, e no mais por territórios montanhosos e desérticos, ocupados por povoações de organização tribal... Sobre ambos os grupos o governo indiano exerce um controle, no qual variam apenas as modalidades... e cujo objetivo único é impedir ou limitar suas relações com os outros países, para que jamais possam favorecer pretensões hostis.

"Um pouco ainda mais longe, à guisa de degrau ante os postos avançados, o governo indiano estabeleceu um anel de estados neutros: Pérsia, Arábia, Tibete, Afeganistão e até, durante algum tempo, uma parte do Sinkiang. De um lado o limite da influência indiana era *grosso modo* o deserto da Arábia entre Bagdá e Damasco, deserto que separa os países voltados para a Europa dos países voltados para a Ásia e que foi outrora a fronteira do Império romano... Do outro lado, eram a Indonésia e a Indochina, embora, por diferentes razões, a Índia lhes atribuísse um interesse menos vivo.

"Um corpo de especialistas no seio do exército indiano e do Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Governo da Índia assegurava a continuidade da política, com uma grande discrição, possuindo não raro o sentimento de pertencer a uma conspiração ou a uma sociedade secreta. Esse pequeno grupo acariciava sonhos fantásticos; visionários desmesurados, seus membros entreviam os mares varridos pela *Navy*, as três mil milhas de montanhas que bordam a Índia seten-

trional e, para além, todas aquelas terras que seus espíritos formados nos clássicos povoavam de bárbaros como os romances do império, a misteriosa Ásia central, cujas forças podiam unir-se um dia e juntarem-se para arremeter sobre as terras tropicais do Sul; as pequenas guarnições fronteiriças cujas guerras com as tribos pareciam anacronismos tão divertidos para o mundo exterior, quando, por acaso, este ouvia falar, mas que, de fato, protegiam a paz de milhões de camponeses; os agentes secretos que, como os companheiros do Kim, de Kipling, atravessavam as montanhas disfarçados em comerciantes ou em lamas, carregados de rupias de prata e de tabletes amarelos." ¹⁵

Como vimos, esse "sistema continental" implicava, menos num nível inferior, uma participação indiana; esta era representada pelos policiais sikhis da concessão de Xangai, pela florescente comunidade indiana de Hong-Kong cujo progresso sucedera de imediato a ocupação britânica da ilha, e pelos comerciantes indianos estabelecidos no Sinkiang. O sistema era responsável também pela emigração maciça de indianos para a Malásia, a ilha Maurício e mesmo para os Fidjis, pois a valorização desses países pelos ingleses vinha a depender, em grande medida, dos camponeses indianos, que, evidentemente, eram seguidos pelos comerciantes, lojistas e em geral prestamistas. Edificou-se, assim, pouco a pouco, uma "Índia de além-mar" pois as enormes massas de emigrantes, que invadiram as regiões tropicais do Império, não levavam consigo apenas sua competência agrícola ou suas qualidades obreiras, mas também todo um sistema social indiano, ligeiramente modificado, religiões, templos e festas indianas. Na África do Sul, nas colônias britânicas da África ocidental e nas longínquas terras da Guiné, de Trindade e da Jamaica instalaram-se colônias indianas florescentes, cuja existência não deixou de ter repercussão na própria vida da Índia. Se o estatuto da Índia, parecia sem maior importância em meio a essa grandiosa evolução, não sofreu qualquer melhoria, o mesmo não ocorreu com o estatuto do Império indiano, que se tornou no de uma grande potência asiática.

15. Guy Wint, *British in Asia*, pp. 21-23.

Se Lorde Curzon, esse pavão vaidoso que se pavoneava no trono do Grão-Mogol pode ser considerado o melhor representante da escola imperial, é o monumento a Vitória erigido em Calcutá que simboliza melhor o seu espírito. Pretensiosa e vulgar, essa imitação do Taj Mahal ¹⁶ pretendia atingir a arte por seu gigantismo, pela qualidade do seu mármore e por seus baixo-relevos onde se viam os povos da Ásia prosternarem-se ante o poderio e a majestade britânicos. Tal como é, simboliza perfeitamente ao mesmo tempo as ambições e o malogro da Inglaterra. O *Victoria Memorial* tem tão pouco de alma quanto de beleza; está situado num quadro majestoso, representa séculos de esforços ingleses na Índia, mas não desprende qualquer calor, não irradia qualquer beleza e não foi, desde os seus primeiros momentos e em todos os sentidos do termo, mais que uma peça de museu. Tratava-se de uma imitação, o que mostrava a tremenda decepção dos britânicos por não terem podido construir na Índia algo que rivalizasse com as grandes obras-primas indianas e, em suma, sua suspeita profunda quanto ao seu próprio gênio, que se mostrara incapaz de atingir o coração ou a alma da Índia.

16. Célebre monumento, indiano todo em mármore branco e rosado, erigido pelo imperador Xá-Jahan em homenagem à sua mulher Nur-Mahal, morta bastante jovem, à qual serve de mausoléu. (N. do T.)

ção da autonomia alfandegária. As outras nações acompanharam o movimento, e quando o Japão ganhou a guerra da Coréia e deu mostras de seu poderio militar, ninguém pensou mais em tratá-lo como um país inferior ou em reclamar-lhe privilégios. Ele se libertara de suas cadeias, e a conclusão da aliança anglo-japonesa de 1902 consagrou definitivamente a promoção do Japão ao papel de grande potência.

CAPITULO QUARTO

O SUDESTE ASIATICO

Conforme vimos, entre 1747 e 1850, a França tentara por todos os meios: missões, violências, ardis, instalar-se na península indochinesa. Apesar das tentativas romancescas do Arcebispo Pigneau de Behaine, que manejava melhor a espada que o aspersório, a situação da França em nada melhorara. Os sucessores de Gialong, que o marcial arcebispo recoloca no trono, opunham-se ainda mais abertamente que seus antecessores à dominação francesa. Tendo malogrado todas as tentativas de intimidação, resolveu a França recorrer à força para estabelecer o império asiático com que sonhava. Sem maior esforço de imaginação, tomou-se como pretexto a proteção da Igreja. No *Moniteur Universel* de 14 de novembro de 1858 Napoleão III anunciava:

"As selvagens perseguições de que são alvo nossos missionários levaram mais de uma vez nossos navios de guerra a intervir na costa do reino anamita, mas nossos esforços para entrar em relações com o Governo do país sempre foram em vão. O governo do Imperador não pode suportar ver suas propostas repelidas com desprezo. Em consequência, decidiu-se por uma expedição",

Os espanhóis juntaram-se aos franceses no generoso intuito de vingar os insultos feitos "à nossa santa religião e a nossos piedosos missionários".

A expedição não foi o cruzeiro que os franceses esperavam. Os cristãos do país não lhes trouxeram nenhum socorro. Após cinco meses de luta, o Almirante Rigault de Ge-

nouilly conseguiu tomar e ocupar Turã (31 de agosto de 1885), mas sem resultado, pois suas tropas não se aventuravam pelo interior do país e o imperador de Anã não cedia. O francês procurou então ocupar Saigon para impedir ou pelo menos entravar um pouco o abastecimento de arroz da capital anamita. Em fevereiro de 1859, a frota francesa bombardeia Saigon e depois desembarca aí uma guarnição. Todavia o imperador de Anã continua a recusar negociações. Ainda mais, um dos seus generais, Nguyen-tri Fuong, assedia os franceses cercados em Saigon e só em fevereiro de 1861 é que o exército francês, liberado pelo fim da guerra da China, pôde fazer suspender o sítio.

O governo de Hue decidiu-se então a negociar. Pelo tratado de 5 de junho de 1862, o imperador do Anã cedia à França as três províncias meridionais do país: Bien-hoa, Gia-dinh e Dinh-tuong, se comprometia a não dar território a uma potência estrangeira sem o consentimento da França.

Mas isso foi apenas o primeiro passo. Aos franceses interessava muito o Mekong. Ora, o Camboja comanda o curso médio do rio e seu soberano parecia muito condescendente. A missão Doudart de Lagrée obteve, em 16 de agosto de 1863, a assinatura de um tratado estabelecendo o protetorado da França sobre o Camboja: a França teria influência decisiva na política exterior do país; um residente seria encarregado de supervisionar os negócios do reino; a liberdade de circulação seria total; os missionários franceses teriam toda liberdade de instalar-se; finalmente, os franceses obtinham o direito de explorar as florestas. Pode-se facilmente descobrir nestas cláusulas (exceção feita daquelas que se referem aos missionários e que formavam a desculpa indispensável para a agressão) a influência do exemplo indiano: um sistema de administração indireta por intermédio dos soberanos locais. Um tratado ulterior com o Sião (15 de julho de 1867) atribuía à França o direito de navegar pelo Mekong e pelo Tong-Sap nas partes que margeiam o reino. Finalmente, o tratado de 15 de janeiro de 1869 fazia passar toda a região do Mekong à dominação francesa, reduzindo assim o Império anamita a uma estreita faixa litorânea.

Mas este ainda não se integrara totalmente no sistema. As expedições de Francis Garnier, desaprovadas, no entanto exploradas pelo governo francês, representam mais um golpe contra o soberano de Hue. Este, após a tomada de Hanói e a ocupação de uma parte do delta pelos homens de Garnier, aceitou, a 25 de março de 1874, negociar o Tratado *Philastre*: a França prometia ao imperador do Anã "ajuda e proteção" contra todos seus inimigos, o que vinha a dar, simplesmente, em estabelecer seu protetorado sobre o país; o imperador de Anã reconhecia à França a possessão das três províncias ocidentais da Cochinchina, comprometia-se a ajustar sua política à da França, abria três novos portos ao comércio francês: Hanói, Haifong e Qui-nhon.

O governo firmara o tratado, mas o povo não estava de joelhos. Em setembro de 1881, a França vê-se obrigada a constatar que as cláusulas do tratado "estão reduzidas à condição de letra morta", e envia o Capitão Rivière para restabelecer sua influência sobre o país. Rivière toma Hanói, ocupa uma parte do delta, mas cai sob os golpes do Pavilhão Negro. O General Bouet e o Almirante Courbet lançam-se então a uma guerra de conquista que termina com a ocupação completa do delta tonquinês. Através de um primeiro tratado, de 25 de agosto de 1883, o Anã reconhece o protetorado francês e aceita a ocupação militar do Tonquim. Um outro tratado, de 6 de junho de 1884, estende a ocupação militar a todo o império anamita, concede o controle das alfândegas e das obras públicas e prevê para o Tonquim um controle da administração dos mandarins.

Mas a ocupação da península não deixava de estabelecer ainda alguns problemas. O imperador da China, susserano do imperador do Anã, não fora consultado. Por outro lado, a China dispunha no Tonquim de uma posição de fato, pois suas tropas, a pedido do imperador do Anã, ocupavam as regiões montanhosas do norte. Por intermédio do Marquês Tseng, a China fez saber ao Governo francês que aceitaria uma divisão do Tonquim, que lhe deixasse, a título de protetorado, a região de Tonquim ocupada por suas tropas. A França recusa, a China obstina-se e declara que não evacuará o alto Tonquim.

O corpo expedicionário de Bouet, elevado para 17 mil homens, toma Bac-Ninh, ao norte de Hanói e Sontay. Li Hong-Tchang tenta resolver o conflito por via diplomática. Pequim, todavia, o desautoriza e dá às suas tropas ordem de avançar. O Coronel Dougermes é vencido em Bac-Lê e o corpo expedicionário francês é obrigado a bater em retirada.

Após novas negociações abortadas, a guerra recomeça com maior intensidade. O Almirante Courbet destrói a frota chinesa e faz o bloqueio do Iangtsé, impede o transporte marítimo de arroz entre Xangai e os portos do norte, o que tem por efeito reduzir à fome a região de Pequim. Pela convenção de armistício de 4 de abril e pelo tratado de 9 de junho de 1885, a China abandonava seus direitos sobre o Tonquim e sua suserania sobre o Anã.

De 1861 a 1876, isto é, durante o período da conquista, a política francesa na Indochina estivera em mãos de uma sucessão de almirantes que só conheciam um argumento: a força. A direção dos negócios era confiada ora ao Ministro da Marinha, ora ao Ministro do Comércio; ambos tinham igual competência em relação aos negócios coloniais e foram igualmente incapazes de dar uma solução satisfatória ao problema da administração e do governo da Indochina. Os mandarins e os pequenos funcionários indochineses recusaram desde o princípio colaborar; resultados disso é que, de 1862 a 1882, o território foi diretamente administrado pelos Inspetores franceses dos Assuntos Estrangeiros. Estes praticavam a torto e a direito uma política de assimilação que devastou literalmente a sociedade indochinesa: sem preocupar-se com as instituições existentes — que no entanto representavam todo um edifício complexo, sólido e familiar à população — quiseram impor ao país o sistema político, judiciário, etc. da metrópole. Resultou daí, como seria de esperar, uma verdadeira anarquia social. O primeiro governador civil da Indochina, Le Myre de Vilers, confessava em 1885 o seu receio de uma próxima revolução social cujo advento, dizia ele, a própria conquista preparara.

Os franceses haviam aprendido com seus vizinhos britânicos que a autoridade do europeu dependia, na Ásia, do seu prestígio. E o segredo do prestígio, como já vimos, é

a afirmação da superioridade racial. Os franceses se encontraram bem depressa à altura da tarefa; pelo menos é o que se pode crer com base no panfleto de Fan Tsu Trinh:

"Aos vossos olhos, somos selvagens, animais obscuros incapazes de distinguir entre o Bem e o Mal. Não somente vos recusais a tratar-nos em pé de igualdade, como temeis até nossa aproximação, como se fôssemos objetos de asco... Nosso coração se enche de tristeza e de vergonha, quando, à noite, repassamos todas as humilhações que sofremos durante o dia. Presos a uma máquina que mina nossa energia, estamos reduzidos à impotência. Por isso é que só os mendigos ousam apresentar-se nos escritórios dos franceses".

Os franceses seguiam adiante; administravam, construíam estradas, barragens, uma rede postal, estradas de ferro. Mas a população não se rendera. Por toda parte as revoltas e os levantes locais se sucediam: no Anã, no Tonquim, no Camboja. Sob a direção de um chefe de primeira ordem, o príncipe Si Valta, os cambojanos desencadearam uma guerra que devastou o país durante dezoito meses. Foram precisos cinco anos para dominar a revolta de Detham; no Tonquim, foi o próprio regente que se rebelou, em 1884, e a população cristã que sustentava os franceses foi massacrada. Era evidente que a política de pacificação não lograra êxito; herdeiros de uma orgulhosa civilização, os indochineses não tinham um gosto muito acentuado pela "assimilação".

A política de assimilação foi assim atenuada por uma política de "associação". As primeiras pedras da nova política foram colocadas por Paul Bert, que estabeleceu em 1886 um Conselho de Notáveis. Fôra Chailley, admirador dos métodos britânicos na Índia, quem preconizara esse sistema como o único meio de ganhar o indígena para a dominação francesa. Paul Bert indiscutivelmente era dono de visão larga; compreendeu que era necessário limitar as atribuições da França e deixar a administração local em mãos dos anamitas, retomando assim, com ligeiras diferenças, uma idéia cara a Lorde Rippon. Nomeado residente geral no Anã e no Tonquim, não deixou de anunciar a nova política

com grande reforço de discursos e de desenvolver-lhe eloqüentemente os temas.

Após a morte de Paul Bert a política de associação não teve mais partidários; o único a tentar ainda aplicá-la seriamente, Lanessan, foi chamado à atenção, pois achava-se que ele queimava etapas. A Indochina francesa recaiu na anarquia e na confusão. Sob Paul Doumer, o mais feliz dos procônsules franceses na Indochina, o país foi administrado de modo inteligente; porém Doumer, como seu confrade Curzon na Índia, à mesma época, pensava todas as coisas em termos de glória imperial. Curzon poderia tomar por sua conta a apreciação que fez Doumer sobre sua obra:

*"Sua forte organização [da Indochina], suas estruturas financeiras e econômicas, seu grande poder foram utilizados em benefícios da França. Em cinco anos o comércio alcançou mais do dobro. As grandes obras empreendidas não encontram paralelo em toda a Ásia... Ela [a Indochina] preparou a ascensão da França à posição de grande potência asiática."*¹

Mas, ao centralizar a administração e ao dar maiores poderes ao governo da Indochina, Doumer tal como Curzon, só fez exasperar a oposição nacionalista. Os anamitas viam-se cada vez mais governados segundo concepções puramente francesas de administração; e o rancor da população traduziu-se na criação de partidos nacionalistas que aplicavam todos os métodos modernos de agressão e de propaganda. A ascensão do Japão e sua vitória sobre uma das grandes nações ocidentais, vitória que fora total: tanto em terra quanto no mar, adquiriram considerável repercussão na Indochina. Muitos estudantes partiam para fazer seus estudos no Japão; começaram aí a agrupar-se em pequenas organizações. A literatura de propaganda logo atingia a massa da população.

"Tendo tido oportunidade de estudar novos livros e novas doutrinas — lê-se num panfleto — eu, obscuro estu-

1. Ver Doumer, *L'Indochine Française*, para análise de sua obra administrativa.

*dante, vosso humilde servidor, descobri numa história recente do Japão como este país foi capaz de vencer os europeus impotentes. Por essa razão é que formamos uma organização... Escolhemos os mais enérgicos e os mais corajosos dos jovens anamitas para mandá-lo estudar no Japão... Passaram-se vários anos sem que os franceses tenham tido conhecimento de nosso movimento... nosso único objetivo é preparar a população para o futuro."*²

Aliás, esse recrudescimento do nacionalismo após a vitória japonesa é um traço que se encontra em todos os países asiáticos. Na Índia, Tilak, Lajpat Rai e alguns outros deram ao nacionalismo uma forma francamente agressiva: um grupo de militantes entregou-se a atos de terrorismo e, de modo mais geral, a resistência organizada adquiriu uma feição revolucionária. Os métodos terroristas encontraram também seus partidários na Indochina. A agitação desencadeada pelos estudantes que regressavam do Japão tomou proporções tais, que a França, para manter sua autoridade, viu-se logo obrigada a proceder a prisões em massa e a utilizar-se da tropa.

Até à Primeira Guerra Mundial, todavia, a França, como as demais potências européias, acreditava firmemente que estava instalada perpetuamente na Ásia. Mesmo a elite considerada como avançada na época (como Lorde Morley) não tinha a menor idéia de que estava próximo o dia em que os europeus não representariam mais nada na Ásia. Os círculos esclarecidos de Londres, de Paris, de Haia — tanto quanto os ingleses da Índia, de pele curtida pelo sol, e os colonos franceses — estavam persuadidos que a dominação européia, mediante uma hábil união de firmeza e conciliação, poderia ser prolongada indefinidamente. Todos os planos econômicos, políticos e administrativos eram marcados com o selo da eternidade. Albert Sarraut, que sucedeu a Klobukowsky na Indochina, é excelente representante desse estado de espírito. Governador-geral da Indochina por duas oportunidades e, no intervalo, Ministro das Colônias, estabeleceu

2. Citado por Ennis, *French Policy in Indochine* p. 178.

um plano ambicioso de reformas, estruturou e aperfeiçoou uma organização sanitária, melhorou os portos de Saigon e de Haifong, saneou as instituições departamentais. Seus sucessores também empreenderam grandes obras; de 1900 e 1930 a administração francesa da Indochina foi tão competente e tão eficaz, quanto a dos melhores governos coloniais. Criou um vasto sistema de rodovias e ferrovias, deu à Indochina todo o aparelho de uma nação moderna e tomou medidas econômicas que vinham a beneficiar largas camadas da população. Finalmente, a França mostrou-se muito respeitosa para com a história e a civilização indochinesas, preservando com zelo os monumentos do passado e financiando um célebre Instituto de Estudos Orientais.

Infelizmente todas essas medidas, excelentes e altamente desejáveis, não produziram melhores resultados que as violências dos regimes anteriores. Os indochineses estavam cada vez mais irritados contra a França, e esta começou a compreender, a contragosto, que um governo "bom" não pode substituir um governo nacional, e que a civilização do vencedor não tem qualquer atrativo para o vencido. Todas as reformas tentadas nada podiam contra isto. Maurice Long, discípulo e sucessor de Sarraut, tentou inutilmente acalmar os *jeunes Anamitas* criando Conselhos Comuns eleitos ou aumentando a representação indochinesa no Conselho Colonial da Cochinchina (1922); tudo isso não passava de remendos e não resolvia o problema dos direitos nacionais. Parece que apenas o governador socialista, Alexandre Varenne, compreendeu a situação. Em seu discurso de abertura do Conselho, a 21 de dezembro de 1925, observava:

"...Tudo mudou de alguns anos para cá, as idéias e os homens..., a própria Ásia transformou-se e... já se encontra no caminho que conduz às formas superiores da civilização moderna. A Indochina não podia escapar a esse movimento de emancipação... Nossas lições frutificaram. A Indochina tomou consciência de si mesma; interroga o futuro e busca seu destino."

E Varenne, indagando qual seria esse destino, proclamou que a Indochina, se pudesse desenvolver-se livremente

em paz, devia "aspirar a uma vida mais plena e mais elevada, e a tornar-se um dia uma nação".³

Palavras corajosas, sem dúvida, mas Varenne teve de modificar logo suas idéias, sob a pressão da opinião metropolitana. Algo mudara, todavia. Pierre Pasquier, governador-geral de 1927 a 1934, compreendeu que a França devia fazer certas concessões aos nacionalistas para não perder sua colônia. Cabe dizer que a Grande Guerra afetara seriamente o prestígio das nações européias e que daí por diante os acontecimentos se precipitaram, tanto na Índia quanto na China. Na Índia, as reformas parciais de 1919 haviam revolucionado a estrutura do governo; numa certa medida, haviam levado à assunção pelos indianos dos governos provinciais. No entanto, longe de satisfazer à opinião pública, essas reformas só fizeram desencadear a grande agitação de 1920, que devia culminar, após 20 anos de luta, na criação do movimento *Quit India*.

Mas a influência da resistência indiana sobre o nacionalista indochinês não se pode comparar à do Kuomintang. Este reorganizou o Conselho dos Notáveis e a pretendida Câmara dos Representantes do Povo. A composição dos colégios eleitorais é eloqüente: chefes de cantão, assistentes dos chefes de cantão, funcionários aposentados, suboficiais reformados do exército, da marinha e da milícia, funcionários e notáveis nomeados pelo residente-geral. Não é preciso dizer que, nessas Câmaras, qualquer expressão de uma opinião política era estritamente proibida.

Em suma; era a combinação de duas políticas, a da corrupção dos corruptíveis, os pretensos notáveis, e a da camuflagem do governo colonial por trás de uma fachada representativa. Mesmo em seus atos mais "progressistas", a política francesa manteve sempre uma desconfiança doentia em relação à democracia; recusava obstinadamente dividir o poder com o povo. Os franceses acreditavam ter dado prova de uma audácia insensata ao associarem os mandarins à administração; tinham a estranha ilusão, comum a todos os governos coloniais, de que as "pessoas do lugar" poderiam di-

3. Citado em *Asie Française*, março de 1926, p. 109.

rigir o povo, mesmo contra o que este último sentia ser os seus interesses nacionais. Os mandarins e os aposentados das Câmaras, com efeito, contaram tão pouco quanto os rajás da Índia, quando se teve de aplacar a oposição popular à dominação estrangeira.

Os cálculos franceses revelaram-se falsos antes mesmo da invasão japonesa de 1941. Acreditara-se que uma associação progressiva arruinaria os movimentos nacionalistas e que a cooperação substituiria a estéril oposição dos extremistas. Mas o que pretendiam os movimentos nacionalistas do país era a independência completa e o desaparecimento da dominação francesa sob todas as suas formas. Eles eram auxiliados por grupos de indochineses em Paris, em Bangkok, em Hong-Kong, em Cantão, em Tóquio, que davam ao movimento sua unidade de programa e de ação. Os acontecimentos da Indochina após a Grande Guerra, e a luta entre o Viet Minh e os franceses a partir de 1945 fogem ao âmbito de nosso estudo. Uma coisa é certa: triunfe Ho Chi Minh ou se estabeleça Bao Dai com o apoio francês e americano, a expulsão da França do Extremo Oriente é, já hoje, um fato consumado.⁴ Os Estados Associados do Vietnam, do Camboja e do Laos, embora fazendo parte da União Francesa e ligados à França, em certa medida, por acordos econômicos e outros, avançaram por um caminho que só pode conduzir à independência total.

4. Estas linhas foram escritas em 1952. Hoje, o povo anamita se vê a braços com uma guerra não declarada, porém bem mais sangrenta e que arrisca levar o mundo a uma hecatombe nuclear. A análise do autor ajuda-nos a compreender a resistência sobre-humana dos vietnamitas. (N. do T.)

CAPÍTULO QUINTO

O SIÃO

Até o estabelecimento da dominação européia sobre a corte de Pequim, as relações entre o Sião e as nações ocidentais haviam sido satisfatórias sob todos os pontos de vista. O tratado negociado pelo Capitão Burney em 1826 estipulava que os súditos ingleses que viajassem nas "regiões siamesas deviam escrupulosamente observar as leis do Sião, isto é: os súditos britânicos seriam suscetíveis de serem punidos com pena capital, em caso de homicídio; com açoites, com multa e com pena de prisão pelos mínimos delitos; e com exclusão imediata por tratamento descortês para com um funcionário siamês". Tratado análogo foi firmado pelos americanos em 1833. Mas os acontecimentos da China haveriam de ter imediatamente repercussões no país. A 18 de abril de 1855 Sir John Bowring conseguiu firmar um tratado que, completado por uma convenção anexa em 1856, reconhecia aos súditos britânicos todos os privilégios da extraterritorialidade, o direito de construir igrejas e a isenção total de taxas alfandegárias sobre as importações de ópio. A anexação de uma parte da Birmânia já fazia pender uma grande ameaça sobre a fronteira ocidental do Sião.

Nas fronteiras do norte, logo se viu surgir uma outra ameaça. Após o malogro da agressão francesa do século XVII, o Sião conhecera uma era de paz, embora os missionários e aventureiros do Anã não deixassem de ser para ele motivo de inquietação. A intervenção de Napoleão III em 1858 e o tratado de 16 de agosto de 1863, que consagrava a ocupação do Camboja pela França, viriam tornar a situação

crítica, pois o Sião sempre pretendia exercer uma certa soberania sobre o Camboja. O rei do Camboja, aliás, apelou para o Sião e firmou com ele um tratado secreto, a 1 de dezembro de 1863. O Sião protestou então oficialmente junto à França, que lhe entregou, pelo tratado de 15 de julho de 1867, as províncias de Angkor e de Batambang, em troca de uma renúncia dos seus direitos sobre o Camboja. A França obtinha, além do mais, a liberdade de navegação sobre o Mekong.

Esta última concessão iria acarretar inúmeras complicações. Desde o início do século, pelo menos uma estreita faixa de território entre a margem esquerda do Mekong e as montanhas que formavam a fronteira do Anã fazia parte do território siamês. A França cobiçava secretamente essa região, que lhe daria uma base de agressão futura contra o Sião. Em 1866, Doudart de Langrée e Francis Garnier lançaram uma expedição. Mas as pressões diplomáticas e militares sobre o governo de Bangkok não deram resultado, pois a França encontrava-se então travada pelos tumultos da Indochina e pela intervenção chinesa no Tonquim. Uma proposta de neutralização do Sião, feita pela França em 1885, chocou-se com a oposição da Grã-Bretanha que ainda não pudera estender-se como pretendia no Shan e nas regiões malaias limítrofes do Sião. Quando, finalmente, por volta de 1890, a "pacificação" da Indochina se concluiu, a França pôde voltar-se para o Sião. Logo encontrou o incidente de fronteira tão caro às nações imperialistas e apontou seus canhões sobre Bangkok. Formulou toda uma série de reivindicações: cessão de todos os territórios a leste do Mekong, bem como das ilhas do rio, retirada de todas as forças militares e policiais da margem ocidental a uma distância de 25 quilômetros e uma indenização pesadíssima. E não era tudo: a França reclamava ainda o direito de abrir consulados que gozassem do direito de extraterritorialidade em todas as cidades onde bem entendesse.

O tratado de 3 de outubro de 1893 condenava de fato o Sião ao mesmo destino que o Anã. Por uma curiosa extensão, os "súditos" franceses chamados a gozar do direito de extraterritorialidade compreendia não somente os fran-

ceses, mas também os súditos asiáticos da França e até os chineses inscritos nos consulados franceses. Viu-se assim, em três anos, o número de pessoas protegidas pela França passar de 200 para 30.000. Mas o Sião escapou a uma sujeição que parecia então inelutável. Para tanto foi auxiliado de saída pela Inglaterra, inquieta por ver a França avançar até suas fronteiras e desejosa de manter estados-tampões em volta de suas possessões; e principalmente pelo tato e destreza com que o Rei Chulalongkorn (Rama V) modificou a situação e soube perfeitamente jogar com a rivalidade franco-inglesa. A convenção entre a França e a Inglaterra, firmada em 16 de janeiro de 1896, neutralizava o centro do Sião. Mas a situação das províncias do leste e do sul não estava resolvida. A Inglaterra e a França, com efeito, contavam aumentar ulteriormente seu domínio, aquela nas regiões malaias e no Shan, esta nas fronteiras do Anã. A convenção também não dava ao Rei Chulalongkorn o prazo que ele esperava. Era um soberano notável, que viajara bastante, visitara os países ocidentais e analisara os elementos de seu poderio. Fez numerosas reformas, aboliu principalmente a escravidão e reorganizou o governo, criando em 1895 um Conselho Legislativo e formando um Gabinete. Durante os 15 anos seguintes dedicou-se a modernizar seu Estado, construindo estradas de ferro e redes telegráficas, reformando o sistema monetário, estabelecendo comunicações postais modernas e criando um novo Código Penal, que aliás só viria a vigorar em 1908. Todavia, desde 1899, as leis do Sião aproximavam-se suficientemente das leis modernas para que o governo britânico aceitasse uma limitação dos privilégios da extraterritorialidade.

Compreende-se que o governo francês visse com maus olhos todas essas transformações que tornava cada vez mais difícil a conquista tão ardentemente desejada do país. Não obstante, as circunstâncias vieram ajudá-la. A Inglaterra, que durante muito tempo se opusera a todas as ambições da França, foi obrigada, pela conjuntura européia, a aproximar-se dela e a deixar-lhe uma certa liberdade de ação no Sião. O Governo francês aproveitou a ocasião para exercer uma fortíssima pressão sobre a corte de Bangkok, obtendo em 1904 um vasto território e provocando a criação de uma

zona neutra, que um tratado posterior (1907) acabaria por entregar-lhes. A única compensação obtida pelo Sião, afora o minúsculo território de Kratt que lhe era restituído, foi a supressão, num prazo de 10 anos, da jurisdição de extra-territorialidade para os súditos asiáticos da França.

A Grã-Bretanha, que tinha pretensões sobre as regiões do sul, não se opôs a essa anexação. Respondeu simplesmente com a ocupação, em 1909, dos Estados de Kalantã, Tringanu, Perlis e Kedah. O Sião via-se deste modo amputado, pela França e pela Inglaterra, em 65.000 quilômetros quadrados de território. A esse preço, todavia pôde pelo menos viver; não que os lobos ocidentais se tivessem tornado cor-deiros, mas porque não tiveram tempo de digerir suas conquistas e preparar uma nova agressão; a guerra acabava de desencadear-se na Europa. O rei do Sião, Rama VI, aproveitou para reforçar a posição do país, e compreendendo muito bem de onde soprava o vento, chegou até a declarar guerra à Alemanha em 1917, assegurando-se desta maneira um assento na Conferência de Versalhes.

A RÚSSIA E O EXTREMO-ORIENTE